



**A sub-representação
do futebol praticado
por mulheres no Brasil:
ressaltar o protagonismo
para visibilizar a modalidade**

*Silvana Vilodre Goellner
Cláudia Samuel Kessler*

resumo

Este texto tematiza alguns aspectos relacionados à história das mulheres no futebol brasileiro. Analisa a inserção da modalidade no país e a oficialização de sua proibição, cuja vigência de mais de 40 anos reverberou de modo indelével na estruturação e desenvolvimento do futebol praticado por mulheres. Aborda ainda questões relativas à escassez de campeonatos, a pouca visibilidade midiática e a ausência de equipes nos principais clubes. Por fim ressalta que, na "Pátria de Chuteiras", há uma miopia prevalente quando se fala em futebol de mulheres.

Palavras-chave: futebol de mulheres; relações de gênero; feminilidade.

abstract

This text discusses some aspects related to the history of women in Brazilian soccer. It analyses the introduction of the sport in the country and the veto on women playing soccer, which lasted over 40 years and deeply impacted the structuring and development of women's soccer. It also addresses issues related to scant tournaments, low media visibility and lack of women's teams from major sport clubs. Also, it highlights the "Soccer Shoe Country" is still short-sighted as regards women's soccer.

Keywords: women's soccer; gender relations; femininity.

Representado como um esporte protagonizado por homens, desde os seus primórdios, o futebol tem se configurado como um território pleno de cerceamentos para a ascensão e a permanência das mulheres. Como justificativa, tem-se utilizado aspectos relacionados à natureza de seus corpos e subjetividades, representados como mais frágeis quando comparados aos dos homens. A própria Fifa colaborou para essa distinção, se considerarmos que a primeira edição da Copa do Mundo disputada por homens aconteceu em 1930 (Uruguai) e por mulheres apenas em 1991 (China), demarcando uma diferença superior a 60 anos.

Nesse sentido, entendemos que trazer à tona alguns fragmentos históricos que narram a presença das mulheres no futebol vivenciado no Brasil contempla uma postura política, visto que torna visíveis fatos esquecidos. Partimos do pressuposto de que conhecer histórias e trajetórias de

mulheres é fundamental para reconhecer seu protagonismo na modalidade.

Embora a participação de mulheres em jogos de futebol seja mais evidente na atualidade, esse panorama tardou a mudar. Ao contrário da prática por homens, em que o futebol era incentivado como espaço de construção e reafirmação da masculinidade, esta modalidade esportiva foi considerada inapropriada para as “senhoritas”, por ser um esporte de contato e, portanto, considerado bruto para a sua frágil natureza. Nesse contexto, desde o início dessa prática no Brasil, emerge um certo temor de que o futebol poderia ferir uma representação

Este texto contém fragmentos do capítulo “A Sub-Representação do Futebol Praticado por Mulheres no Brasil: Mudar o Foco para Visibilizar a Modalidade”, produzido em coautoria com Claudia Samuel Kessler para o livro *A Bola ao Ritmo de Fado e Samba*, publicado em Portugal em 2013.

SILVANA VILODRE GOELLNER é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CLÁUDIA SAMUEL KESSLER é professora da Universidade Federal de Santa Maria.

normatizada de feminilidade ao “masculinizar” as mulheres, argumento que perdeu por longa data, minimizando possíveis atrevimentos. A preservação de atributos tais como a beleza, a graça, a delicadeza e a harmonia das formas caminhava lado a lado com a preocupação de que o mundo esportivo, sobretudo o daquelas modalidades identificadas como violentas (a exemplo do futebol), pudesse também desonrar as senhoras e senhoritas.

Além do medo de que a participação das mulheres em atividades esportivas pudesse desonrá-las, havia, ainda, outra preocupação: seu sucesso nessas práticas poderia infringir as leis da natureza, pois, ao mostrarem-se mais fortes do que se supunha, seria fissurado o discurso das diferenças naturais, cuja base estava assentada na sobrepujança física de um sexo sobre o outro.

Em que pese a força desses argumentos, a presença de mulheres pode ser percebida no futebol desde o início do século XX, ainda que poucos registros sejam encontrados, visto sua prática ser incipiente e em grande medida ressaltando intuítos beneméritos em apresentações não competitivas.

Ainda assim, por ser um território permeado por ambiguidades, o futebol praticado por mulheres possibilitou que se colocasse em tensão algumas representações relacionadas aos seus corpos, assim como evidenciou ser o esporte um espaço generificado e generificador. Não porque seja assim em sua essência, mas porque é uma construção cultural à qual se agregam discursos, valores e práticas que acabam marcando representações de feminilidades e masculinidades que definem, também, posições sociais. Despertou, sobretudo, a

curiosidade, o desejo e a percepção de que também era uma prática possível para aquelas que por ela nutriam interesse. Ou seja, o futebol mostrava potencial para desestabilizar a estruturação de um espaço de sociabilidade criado e mantido sob domínio dos homens, cuja justificativa para sua consolidação, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas.

O futebol praticado por mulheres desconstruiu essa representação, na medida em que desafiou a tradicional subordinação presente na sociedade brasileira nos anos inaugurais do século XX. Sua inserção neste campo tornava mais igualitárias as relações entre os sexos, ao mesmo tempo em que tornava mais visível o “caráter tênue das bases biológicas de tais diferenças; portanto, constituía uma ameaça séria ao mito da fragilidade feminina” (Lenskyj apud Adelman, 2003, p. 448).

Discursos como esses se fizeram presentes em um contexto cultural que vivenciava os ares da modernidade, o que, de certa forma, pressupunha a relativização de determinados preconceitos em relação à ampliação da participação das mulheres em diferentes instâncias sociais. Os papéis sociais assumidos pelas mulheres passaram por mudanças no decorrer do século XX e, dessa forma, havia indefinições em relação aos espaços que ainda lhes seriam vetados ou permitidos.

Vale lembrar que, no início do século XX, o fortalecimento do corpo feminino através da exercitação física era visto como uma maneira de melhor preparar as mulheres para a condução de uma boa maternidade, cumprindo, assim, com a máxima de que “as mães fortes são as que fazem

os povos fortes” (Thardiére, 1940, p. 60). No entanto, não eram quaisquer atividades aquelas que lhes eram recomendadas e o futebol, designado como muito violento para a conformação corporal feminina, caracterizava-se como uma delas. Vale lembrar ainda que esse discurso estava direcionado a determinadas mulheres: aquelas cujos corpos e subjetividades tinham relevância na estratificação social de um país pleno de desigualdades. Ou seja, as mulheres brancas a quem a tarefa de fortalecer o povo mediante o aprimoramento da “espécie” estava colocada.

Nos primeiros anos do século XX, as cidades agitavam-se frente à inevitável metropolização, cujo ritmo fremente fazia pulsar todos os espaços de circulação pública, redesenhando o espaço urbano e reordenando a energia física dos indivíduos. Foi exatamente nesse período que começaram a proliferar na urbe os clubes recreativos, as agremiações, as federações, os campeonatos, as exibições atléticas, dentre outros locais destinados à *performance* de corpos educados e desenhados pela exercitação física (Goellner, 2003).

Tais mudanças, associadas às tendências da moda em meados da década de 1940, quando emergiram com grande visibilidade o *sportswear* americano (roupa esportiva) e o *prêt-à-porter* francês (roupas prontas para vestir, em larga escala e preços acessíveis), evidenciaram contornos de praticidade no jeito de ser e de se comportar, desenhando contornos de uma vida moderna e “civilizada”. O esporte – o futebol – compunha o conjunto de atitudes modernizadoras, configurando uma experiência vivenciada por mulheres que, indiferentes às convenções morais e sociais

daquele tempo, aderiram a sua prática independente do discurso hegemônico de cerceamento, cujo protagonismo não se traduz apenas em resistência, mas em ação.

Mesmo que incipiente, a participação das mulheres no futebol nas décadas iniciais do século XX representava uma transgressão ao hegemonicamente aceito como constitutivo da identidade feminina, fornecendo grande aceitabilidade à imagem da mãe de família. Lembremos que naquele tempo o corpo das mulheres era visto como um bem social a alojar a esperança de uma prole sadia. Era em seus corpos que se gestava o bom fruto; e o fruto era “o transbordamento da seiva que se desprende para reproduzir-se” (Azevedo, 1920, p. 10). O fruto era, portanto, resultado de um projeto social que percorria o corpo feminino inscrevendo-lhe marcas que, simultaneamente, evidenciavam seu fortalecimento e asseguravam sua fragilidade – uma vez que continuavam a demarcar seu local social a partir dos contornos de sua natureza anatômica.

Embora os ares de modernidade em circulação nesse período pudessem facilitar a vida das “novas mulheres” – principalmente daquelas vinculadas às elites urbanas –, no país conviviam-se também com o recrudescimento da “moral e bons costumes”. No campo esportivo, esse retrocesso se fez notório, por exemplo, na elaboração do Decreto-Lei n. 3.199, do Conselho Nacional de Desportos, de 14 de abril de 1941, que oficializou a interdição de mulheres em algumas modalidades, tais como as lutas, o boxe, o salto com vara, o salto triplo, o decatlo e o pentatlo. Tal documento e ideias de incompatibilidade foram reforçados pela Deliberação n. 7

do Conselho Nacional de Desportos, que, em 1965, deliberou sobre a interdição das mulheres à prática de lutas de qualquer natureza: futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, *rugby*, halterofilismo e beisebol.

Tal proibição perdurou até o final dos anos 1970, década em que houve o surgimento de movimentos sindicais e em que os movimentos feministas ficaram mais fortes no Brasil. As mulheres, nessa década, também ingressaram com mais força no mercado de trabalho e os ideais de feminilidade já não eram hegemonicamente os mesmos daqueles proclamados nas primeiras décadas do século, quando a maternidade definia, inclusive, aquilo que era considerado como a verdadeira mulher: bela, maternal e feminina (Goellner, 2003).

Passados mais de 40 anos do término da vigência dessas determinações, é possível identificar que o futebol de mulheres ainda não conseguiu se desenvolver. Ainda que esse retardo não se justifique apenas pela oficialidade das leis, é certo que elas reverberaram na sociedade brasileira em relação às iniciativas de ampliação da participação das mulheres, inclusive na gestão dos clubes de futebol.

De qualquer forma, mesmo que a prática recreativa tenha existido durante o período de restrição às práticas competitivas, não se pode negar que o impedimento à realização de torneios barrou o processo de profissionalização das jogadoras.

O histórico de resultados da seleção brasileira de mulheres, mesmo com a ausência de um calendário organizado e de campeonatos com grande representatividade mundial, permite-nos afirmar que ela se posiciona entre as melhores equipes inter-

nacionais a participarem das competições promovidas pela Fifa.

No entanto, essas conquistas são invisíveis e sub-representadas, inclusive na mídia esportiva, que pouco as divulga e, quando o faz, não raras vezes, noticia aspectos periféricos como, por exemplo, a beleza (ou não) das jogadoras em detrimento de aspectos técnicos relacionados às suas *performances*. Poderíamos aqui fazer um exercício imaginativo e perguntar a você, leitor ou leitora, se tem conhecimento de que: 1) a Copa do Brasil de Futebol Feminino acontece desde 2007 e teve dez edições, a última em 2016; 2) o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino de 2017 contou com as séries A1 e A2, somando 32 equipes participantes. A artilheira foi a jogadora Soledad Jaimes, do Santos Futebol Clube, com 18 gols; 3) o Brasil conquistou sete das oito edições do Torneio Internacional de Futebol Feminino, que reúne quatro seleções. A última edição aconteceu em Manaus, em dezembro de 2016; 4) a Copa Libertadores da América de Futebol Feminino acontece desde 2009 e das nove edições realizadas, seis aconteceram no Brasil. Equipes brasileiras venceram sete edições. Em 2017 a competição aconteceu no Paraguai e o Audax sagrou-se campeão; 5) das sete edições do Campeonato Sul-Americano de Futebol Feminino, o Brasil foi campeão em seis delas; 6) o Brasil conquistou a medalha de ouro nos Jogos Militares que aconteceram em 2011, no Rio de Janeiro; 7) o Brasil possui três medalhas de ouro nos Jogos Pan-Americanos (Santo Domingo 2003, Rio de Janeiro 2007 e Toronto 2015) e uma de prata (Guadalajara 2011); 8) nossa seleção conquistou duas medalhas de prata

nos Jogos Olímpicos (Atenas 2004, Pequim 2008), o segundo lugar na Copa do Mundo de Futebol Feminino China (2007) e o terceiro nos Estados Unidos (1999).

Além do silenciamento e da invisibilidade de conquistas como as aqui mencionadas, o futebol de mulheres sobrevive a outras situações problemáticas, sempre em busca de maior projeção na mídia e de conquista de melhorias para a modalidade. De norte a sul do país, são constantes as manifestações de que há pouca atenção direcionada a esse grupo por parte não apenas da direção de entidades esportivas ou clubes privados, mas também do poder público. Considerando que a mídia tem um papel fundamental na divulgação do esporte e, conseqüentemente, no incentivo para a sua prática, o pouco espaço, visibilidade e reconhecimento ao futebol praticado por mulheres têm promovido não apenas a marginalização das atletas nesse campo específico, como também a anulação simbólica de suas realizações. Tal contexto permite afirmar que, para as jogadoras brasileiras, o futebol ainda

é uma “promessa”, um sonho que navega pelo desejo de conseguir garantir sua atuação em equipes que garantam condições satisfatórias de trabalho, incluindo salários e não apenas “ajuda de custo”.

A escassez de campeonatos, o pouco espaço na mídia, a ausência de equipes nos principais clubes, o pouco incentivo para a prática do futebol pelas meninas na educação física escolar e nos espaços de lazer, entre tantas outras situações, indicam o quanto no Brasil o futebol praticado por mulheres se apresenta sub-representado. Talvez esse cenário já pudesse ter sofrido alterações em função, inclusive, das bem-sucedidas campanhas das jogadoras da seleção nacional. Todavia, não é o que a realidade apresenta. Na “Pátria de Chuteiras”, há uma miopia prevalente quando se fala em futebol de mulheres. O ostracismo ao qual a modalidade é submetida indica a sub-representação de pessoas, grupos e instituições que fazem cotidianamente sua história. Registrar seu protagonismo é uma questão política, uma forma de visibilidade, agência e de empoderamento.

BIBLIOGRAFIA

- ADELMAN, Miriam. "Mulheres Atletas: Ressignificações da Corporalidade Feminina", in *Revista Estudos Feministas*, vol. 11, n. 2, Florianópolis, dez./2003, pp. 445-65.
- AZEVEDO, Fernando de. *Da Educação Physica*. São Paulo/Rio de Janeiro, Weiszflog Irmãos, 1920.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, Maternal e Feminina: Imagens da Mulher na Revista Educação Physica*. Ijuí, Editora Unijuí, 2003.
- GOELLNER, Silvana Vilodre; KESSLER, Cláudia Samuel. "A Sub-representação do Futebol Praticado por Mulheres no Brasil: Mudar o Foco para Visibilizar a Modalidade", in Francisco Pinheiro; Victor Andrade de Melo. *A Bola ao Ritmo de Fado e Samba: 100 Anos de Relações Luso-Brasileiras no Futebol*. Lisboa, Edições Afrotamentos, 2013.
- THARDIÉRE, M. "As Mães Fortes Fazem Filhos Fortes", in *Revista Educação Physica*, n. 37, Rio de Janeiro, jan.-fev./1940, p. 60.